

Grupo Omega

**Informações Financeiras
Intermediárias Combinadas
Referente ao trimestre findo em
31 de março de 2017**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias combinadas.	3
Balanço patrimonial	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias combinadas

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Omega Geração S.A. e Omega Energia e Implantação 1 S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial combinado das entidades Omega Geração S.A. e Omega Energia e Implantação 1 S.A. do Grupo Omega ("Grupo") em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. A administração é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias combinadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*. Essas informações financeiras combinadas contêm uma agregação das informações financeiras intermediárias relativas às entidades Omega Geração S.A. e Omega Energia e Implantação 1 S.A. e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as informações financeiras intermediárias combinadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileira e internacional de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias combinadas das entidades Omega Geração S.A. e Omega Energia e Implantação 1 S.A. do Grupo Omega para o período de três meses findo em 31 de março de 2017 não foram elaboradas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1.1 e 3.2 às informações financeiras intermediárias combinadas que descreve a base de elaboração das informações financeiras intermediárias combinadas. As informações financeiras intermediárias combinadas do Grupo podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo tivesse operado como uma única entidade independente. As informações financeiras intermediárias combinadas foram elaboradas para demonstrar a posição e a performance financeira combinadas das entidades sob controle comum compartilhado indireto do “BJJ Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações” e da “WP Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações”, geridos pela Tarpon Investimentos S.A. e pela Warburg Pincus LLC respectivamente, e com o propósito de serem utilizadas para fins de captação de recursos por meio da oferta pública de ações da Omega Geração S.A. e pelos acionistas concordarem em aumentar o capital social de Omega por meio da emissão de novas ações ordinárias que serão subscritas por meio da contribuição das ações de emissão de Omega Energia e Implantação 1 S.A., cujos ativos iniciaram sua operação no terceiro trimestre de 2016. A conclusão da operação está sujeita à obtenção da anuência prévia de terceiros, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias combinadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentadas como informação suplementar para as fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias combinadas das entidades Omega Geração S.A. e Omega Energia e Implantação 1 S.A. do Grupo Omega. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias combinadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC2SP014428/O-6



Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

Grupo Omega
Balancos patrimoniais combinados
em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	Combinado	
		31/03/17	31/12/16
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	64.688	45.635
Clientes	7	52.284	51.546
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		572	540
Tributos a recuperar	9	14.388	12.843
Dividendos a receber	8	1.336	1.336
Outros		11.775	7.775
Total do ativo circulante		145.044	119.675
Ativo não circulante			
Caixa restrito		32.106	33.032
Tributos a recuperar	8	1.340	4.237
Clientes	7	548	594
Ativo fiscal diferido	11	2.637	3.768
Outros		313	743
Total Realizável a Longo Prazo		36.943	42.374
Investimentos	12	35.374	33.164
Imobilizado	13	1.198.928	1.203.060
Intangível	14	20.245	20.599
		1.254.546	1.256.823
Total do ativo não circulante		1.291.490	1.299.197
Total do ativo		1.436.533	1.418.872

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias combinadas

Grupo Omega
Balancos patrimoniais combinados
em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Combinado	
		31/03/17	31/12/16
Passivo circulante			
<i>Fornecedores</i>	15	54.604	53.084
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	16	137.567	134.194
<i>Imposto de renda e contribuição social a recolher</i>		2.565	4.606
<i>Obrigações trabalhistas e tributárias</i>	17	8.192	8.341
<i>Outras obrigações</i>		9.818	11.847
<i>Provisões diversas</i>	18	24.928	27.347
Total do passivo circulante		237.675	239.419
Passivo não circulante			
<i>Fornecedores</i>	15	12.137	11.937
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	16	650.155	653.865
<i>Passivo fiscal diferido</i>	19	9.083	8.542
<i>Obrigações tributárias</i>		900	733
Total do passivo não circulante		672.276	675.077
Total do passivo		909.951	914.496
Patrimônio líquido			
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	20	449.592	430.163
<i>Participação dos não controladores</i>		76.991	74.213
Total do patrimônio líquido		526.582	504.376
Total do passivo e patrimônio líquido		1.436.533	1.418.872

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Omega
Demonstrações de resultados
do período de três meses findo em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto número de ações e resultado por ação)

	<i>Nota</i>	31/03/17	31/03/16
<i>Receita operacional líquida</i>	21	81.588	31.826
<i>Custos da operação e conservação</i>	22	(36.665)	(15.504)
<i>Lucro bruto</i>		44.923	16.322
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>			
<i>Administrativas, pessoal e gerais</i>	23	(4.264)	(3.871)
<i>Outras receitas (despesas) operacionais</i>		(121)	55
<i>Resultado de equivalência patrimonial</i>		2.237	1.499
<i>Total das receitas (despesas) operacionais</i>		(2.148)	(2.317)
<i>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</i>		42.774	14.005
<i>Receitas financeiras</i>	24	1.976	2.455
<i>Despesas financeiras</i>	24	(20.973)	(11.097)
<i>Despesas financeiras líquidas</i>		(18.997)	(8.642)
<i>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</i>		23.778	5.363
<i>IRPJ e CSLL</i>	25	(4.456)	(1.890)
<i>Lucro líquido do exercício</i>		19.321	3.473
<i>Participação dos controladores no resultado do exercício</i>		16.543	1.903
<i>Participação dos não controladores</i>		2.778	1.570
<i>Lucro líquido do exercício</i>		19.321	3.473

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias combinadas

Grupo Omega
Demonstrações de resultados abrangentes
do período de três meses findo em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/17</u>	<u>31/03/16</u>
<i>Lucro Líquido do exercício</i>	19.321	3.473
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	-	-
<i>Resultado Abrangente total</i>	<u>19.321</u>	<u>3.473</u>
<i>Participação dos controladores</i>	<u>16.543</u>	<u>1.903</u>
<i>Participação dos não controladores</i>	<u>2.778</u>	<u>1.570</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias combinadas

Grupo Omega
Demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido
do período de 3 meses findo em 31 de março de 2017 3 2016.

(Em milhares de Reais)

	Total Atribuível aos controladores	Participação dos não controladores	Total Combinado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	418.664	78.359	497.023
<i>Aumento de capital - Omega E&I1</i>	4.840	-	4.840
<i>Realização da reserva especial de ágio</i>	(1.131)	-	(1.131)
<i>Resultado do período</i>	1.903	1.570	3.473
Saldos em 31 de março de 2016	424.276	79.929	504.205
Saldos em 31 de dezembro de 2016	430.163	74.213	504.376
<i>Aumento de capital - Omega E&I1</i>	4.016	-	4.016
<i>Realização da Reserva especial de Ágio</i>	(1.131)	-	(1.131)
<i>Resultado do período</i>	16.543	2.778	19.321
Saldos em 31 de março de 2017	449.591	76.991	526.582

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Omega
Demonstrações dos fluxos de caixa
do período de três meses findo em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/17</u>	<u>31/03/16</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes de impostos	23.778	5.363
Ajustes:		
Depreciação e amortização	11.743	7.386
Resultado de equivalência patrimonial	(2.237)	(1.499)
Receita financeira de investimentos mantidos até o vencimento	(643)	(745)
Encargos financeiros	16.555	13.632
Atualização monetária de passivos	27	-
	<u>49.223</u>	<u>24.137</u>
(Aumento) redução nos ativos		
Tributos a recuperar	1.352	(263)
Clientes	(3.626)	1.608
Impostos e contribuições a recuperar	(1.077)	478
Outros créditos	(5.617)	(1.920)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	2.558	(557)
Outras contas a pagar	(1.890)	3.467
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.744)	(983)
Pagamento de juros	(9.457)	(8.064)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>26.722</u>	<u>17.903</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.185)	(61.224)
Aquisição de ativo intangível	(32)	(613)
Aplicações financeiras	(7.834)	(4.806)
Resgates de aplicações financeiras	9.402	5.833
Earn-out Gargau	-	(867)
Caixa Líquido usado pelas atividades de investimento	<u>(1.649)</u>	<u>(61.677)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(10.843)	(7.704)
Captação de mútuo/ Debenture passivo com partes relacionadas	806	-
Aumento de capital social	4.017	4.840
Caixa Líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(6.020)</u>	<u>(2.864)</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>19.053</u>	<u>(46.638)</u>
Demonstração da aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa		
No início do período	45.635	82.319
No fim do período	64.688	35.681
	<u>19.053</u>	<u>(46.638)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias combinadas

Omega Geração S.A.

**Demonstrações combinadas do valor adicionado
do exercício findo em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

	Combinado	
	31/03/17	31/03/16
(=) 1. Receitas	88.039	33.933
<i>Vendas de Mercadorias Produtos e Serviços</i>	(+ 88.039)	33.933
<i>Outras Receitas</i>	(+)	
(=) 2. Insumos adquiridos de 3o.	(29.468)	(10.582)
<i>Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos</i>	(-) (27.467)	(8.911)
<i>Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros</i>	(-) (1.881)	(1.728)
<i>Outros</i>	(-)	
3. = (1-2) Valor adicionado bruto	58.571	23.351
<i>Depreciação, Amortização e Exaustão</i>	(-) (11.742)	(7.385)
5. = (3-4) Valor adicionado líquido	46.829	15.966
(=) 6. Valor adicionado recebido em transferência	4.213	3.954
<i>Resultado de Equivalência Patrimonial</i>	(+ 2.237)	1.499
<i>Receitas Financeiras</i>	(+ 1.976)	2.455
<i>Outros</i>	(+)	
7. = (5+6) Valor adicionado total	51.042	19.921
(=) 8. Distribuição do valor adicionado	51.042	19.921
<i>Pessoal</i>	(+ 2.320)	1.941
<i>Impostos, Taxas e Contribuições</i>	(+ 8.428)	3.409
<i>Remuneração de Capitais de Terceiros</i>	(+ 20.973)	11.097
<i>Remuneração de Capitais Próprios</i>	(+ 19.321)	3.474

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Omega

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias combinadas

(valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

1.1 Objetivo das informações financeiras intermediárias combinadas

As informações financeiras intermediárias combinadas do Grupo Omega compreendem as informações financeiras intermediárias da Omega Geração S.A. (“Omega”) e da Omega Energia e Implantação 1 S.A. (“OE&I 1”) e estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades das duas Companhias, independentemente da disposição de sua estrutura societária, para fins da oferta pública de ações de Omega Geração S.A.

A Omega Geração S.A. e a Omega Energia e Implantação 1 S.A. estão sob controle comum compartilhado indireto do BJJ Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações e da WP Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações, geridos pela Tarpon Investimentos S.A. e pela Warburg Pincus LLC respectivamente.

Os acionistas de Omega concordaram em aumentar o capital social de Omega por meio da emissão de novas ações ordinárias que serão subscritas por meio da contribuição das ações de emissão de OE&I 1, cujos ativos iniciaram sua operação no terceiro trimestre de 2016. A conclusão da operação está sujeita à obtenção da anuência prévia de terceiros, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

A sinergia da Omega e OE&I 1 faz com que o Grupo Omega esteja atualmente posicionado de forma singular no mercado brasileiro. As duas empresas funcionam como complemento uma da outra, portanto, demonstrar os negócios combinados é, atualmente, uma ferramenta fundamental para que o mercado tenha a visualização do Grupo como um todo.

Embora não estejam constituídas sob a forma de um grupo nos termos do Art. 265 da Lei das Sociedades por Ações (“LSA”), as companhias do Grupo Omega apresentam estas informações financeiras intermediárias combinadas visando demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em suas atividades e o total dos ativos.

1.2 Grupo Omega

As atividades do Grupo Omega (“Grupo”) compreendem substancialmente as seguintes operações e empresas:

(a) Omega Geração S.A.

A Omega Geração S.A. sediada em Belo Horizonte, foi constituída em 26 de setembro de 2007 na forma de sociedade limitada e, em 24 de janeiro de 2008, foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista. A Companhia mantém na Comissão de Valores Imobiliários (“CVM”) o registro de emissor na categoria “A”.

As atividades da Omega são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A Omega e suas controladas e controladas em conjunto têm como atividade preponderante a geração e venda de energia elétrica por meio de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) e Usinas Eólicas.

O portfólio da Omega é atualmente composto por três PCHs, quais sejam Indaia Grande, Indaiazinho e Pipoca, quatro usinas eólicas, quais sejam Gargaú, Porto Salgado, Porto das Barcas e Porto do Parnaíba, além da Omega Comercializadora de Energia.

(b) Omega Energia e Implantação 1 S.A.

A Omega Energia e Implantação 1 S.A., com sede no Município de São Paulo, foi constituída em 9 de dezembro de 2011 e transformou-se em sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável, incluindo, mas não se limitando a, PCH, Usinas Eólicas e usinas termelétricas movidas a biomassa (UTE), e atividades relacionadas, o investimento no capital de outras sociedades nos setores de energia, recursos naturais, infraestrutura ou serviços a estas relacionados.

As atividades da OE&I 1 são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A OE&I 1 e suas controladas operacionais têm como atividade preponderante a geração e venda de energia elétrica por meio de sua PCH e três usinas eólicas. A operação comercial das três usinas eólicas iniciou durante o terceiro trimestre de 2016 e a operação comercial da PCH é estimada para iniciar em abril de 2017.

Continuidade operacional

Quando da elaboração das informações financeiras intermediárias combinadas, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade operacional do Grupo no futuro previsível. Em 31 de março de 2017, o Grupo apresentou capital circulante líquido combinado negativo de R\$92.631. Em compensação, apresentou geração líquida de caixa operacional combinada de R\$26.722 e efetuou investimentos combinados complementares na construção da PCH Serra das Agulhas no montante

de R\$3.185, considerando ainda que as operações comerciais do Complexo Delta 2 foram iniciadas no final do exercício de 2016. As atuais projeções de fluxos de caixa operacional, de investimento e financiamento para 2017, juntamente com ingressos de caixa decorrentes do aumento das operações comerciais de OE&I 1 por meio dos contratos de energia já acordados serão suficientes para a manutenção do capital de giro do Grupo e mitigam qualquer incerteza significativa sobre a capacidade do Grupo de continuar operando nos próximos doze meses.

2 Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras combinadas incluem as informações da Omega e de suas controladas e da OE&I e suas controladas nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As controladas diretas, indiretas e controladas em conjunto da Omega e OE&I estão a seguir relacionadas:

Controladas e controladas em conjunto da Omega Geração	Participações diretas e indiretas	
	31/03/17	31/12/16
Delta dos Ventos Energia S.A.	100%	100%
Asteri Energia S.A.	50%	50%
Indaiá Grande S.A.	100%	100%
Indaiazinho Energia S.A.	100%	100%
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	100%	100%
Gargaú Energética S.A.	100%	100%
Porto do Parnaíba Energia S.A.	100%	100%
Porto Salgado Energia S.A.	100%	100%
Porto das Barcas Energia S.A.	100%	100%
Hidrelétrica Pipoca S.A. (i)	51%	51%

(i) Controlada em conjunto com a Cemig Geração e Transmissão S.A.

Controladas da OE&I 1	Participações diretas e indiretas	
	31/03/17	31/12/16
Potami Energia S.A.	100%	100%
Musca Energia S.A.	100%	100%
Testa Branca I Energia S.A.	100%	100%
Testa Branca II Energia S.A.	-	100%
Testa Branca III Energia S.A.	100%	100%
Porto do Delta Energia S.A.	100%	100%
Sigma Energia S.A.	100%	100%

Delta dos Ventos Energia S.A. (“Delta”)

A Delta dos Ventos S.A, sociedade de capital fechado, constituída em 31 de agosto de 2011, tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos,

projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável, controlando integralmente as sociedades Porto do Parnaíba Energia S.A., Porto das Barcas Energia S.A. e Porto Salgado Energia S.A., as quais detêm o direito de exploração dos parques eólicos Delta do Parnaíba, Porto das Barcas e Porto Salgado, respectivamente.

Porto do Parnaíba Energia S.A. (“PPE”), Porto das Barcas Energia S.A. (“PBE”) e Porto Salgado Energia S.A. (“PSE”).

São sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 31 de agosto de 2011, que detêm autorização para exploração de parques eólicos localizados no Estado do Piauí, com capacidade instalada total de 70 MW e com operações comerciais iniciadas em julho de 2014.

A Porto do Parnaíba S.A, por meio da portaria nº 225, de 13 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Delta do Parnaíba, constituída por quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

A Porto Salgado Energia S.A, por meio da portaria nº 203, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto Salgado, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 10 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

A Porto das Barcas Energia S.A, por meio da portaria nº 200, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto das Barcas, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

Asteri Energia S.A. (“Asteri”)

A Asteri Energia S.A., sociedade de capital fechado, foi constituída em 31 de agosto de 2011 e tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável. A Omega detém o controle de Asteri por meio da totalidade das ações ordinárias de Asteri, o que compreende 50% da sua participação acionária total. A Asteri, por sua vez, detém 51% de participação na Hidrelétrica Pipoca S.A. e 100% de participação na Gargaú Energética S.A.

Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”).

A Hidrelétrica Pipoca S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de junho de 2004, cujo controle é compartilhado com a Cemig Geração e Transmissão S.A através da

participação de 51% do capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A. Pipoca obteve, por meio da Resolução Autorizativa nº 474, de 6 de março de 2006, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 388, de 10 de setembro de 2001, anteriormente outorgada à HP2 do Brasil S.A., para implantar e explorar Pipoca até setembro de 2031. Em outubro de 2008, foram iniciadas as obras de implantação da Pequena Central Hidrelétrica Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga. Pipoca iniciou sua operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos que, conforme Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, poderão ser prorrogadas a título oneroso por 30 anos adicionais.

Gargaú Energética S.A. (“Gargaú”).

A Gargaú Energética S.A., sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 17 de outubro de 2007, cujo controle indireto é detido através da participação integral no seu capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A.

A Gargaú obteve, por meio da Resolução Autorizativa 2.145, de 27 de outubro de 2009, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 534, de 01 de outubro de 2002, anteriormente outorgada à SeaWest do Brasil Ltda., para implantar e explorar a usina eólica Gargaú, localizada em São Francisco de Itabapoana, no norte do Estado do Rio de Janeiro, com capacidade produtiva de 28,05 MW. O empreendimento entrou em operação comercial em 28 de outubro de 2010, tendo a energia contratada por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, sendo a Eletrobrás seu cliente exclusivo. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos.

Indaiá Grande Energia S.A. (“Indaiá Grande”) e Indaiazinho Energia S.A. (“Indaiazinho”).

A Indaiá Grande Energia S.A. e a Indaiazinho Energia S.A. são sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 22 de agosto de 2008 e 24 de setembro de 2009, respectivamente. Por meio das Resoluções Autorizativas nº 1.856 e 1.857, de 24 de março de 2009, respectivamente, as investidas possuem autorização emitidas pela ANEEL, com capacidade total instalada de 32,5 MW, sendo Indaiá Grande de 20 MW e Indaiazinho de 12,5 MW. Suas primeiras turbinas entraram em operação em abril de 2012 e o prazo de autorização para exploração é de 30 anos que, conforme Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, poderão ser prorrogadas a título oneroso por 30 anos adicionais.

Omega Comercializadora de Energia Ltda. (“OMC”).

A Omega Comercializadora de Energia Ltda foi constituída em 25 de outubro de 2011, tendo como objetivo o comércio atacadista de energia elétrica.

Potami Energia S.A (“Potami”)

Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 9 de dezembro de 2011, tendo como objetivo a participação e desenvolvimento, diretamente ou por meio de joint venture (parceria), consórcio ou qualquer outra sociedade em cujo capital social a Companhia tenha participação, de ativos de energia renovável, incluindo, mas não se limitando a, pequenas centrais hidrelétricas (PCH), parque eólicos (CGE) e usinas termelétricas movidas a biomassa (UTE), participação em outras sociedades e atividades acessórias necessárias ao cumprimento do seu objeto social.

Testa Branca I Energia S.A. (“Testa I”) e Testa Branca III Energia S.A. (“Testa III”)

São sociedades anônimas de capital fechado, detidas integralmente por Potami, tratando-se de projetos eólicos localizados no Município de Ilha Grande, Estado do Piauí.

Testa I foi constituída em 22 de maio de 2013 e, por meio da Portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 353, de 17 de julho de 2014, obteve autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração até julho de 2049 da Central Geradora Eólica denominada Testa Branca I e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 22.000 kW de capacidade instalada, composta por dez unidades geradoras de 2.200 kW. O início de operação comercial ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2016.

Testa III foi constituída em 13 de maio de 2013, tendo como objeto social a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da Central Geradora Eólica Testa Branca III e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 22.000 kW de capacidade instalada, composta por 10 unidades geradoras de 2.200 kW, na qualidade de produtor independente de energia elétrica. O início de operação comercial ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2016.

Porto do Delta Energia S.A. (“Porto do Delta”, denominada Eólica Porto das Barcas S.A. até 20 julho de 2015)

Porto do Delta é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 15 de julho de 2013 e, por meio da Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.088, de 30 de agosto de 2011, obteve autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração até setembro de 2041 da Central Geradora Eólica denominada Porto do Delta e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.800 kW de capacidade instalada, composta por 14 unidades geradoras de 2.200 kW, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí. O início de operação comercial ocorreu em novembro de 2016.

Musca Energia S.A (“Musca”)

Musca é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de maio de 2013, tendo como objetivo a participação e desenvolvimento, diretamente ou por meio de joint venture (parceria), consórcio ou qualquer outra sociedade em cujo capital social a Companhia tenha participação, de ativos de energia renovável, incluindo, mas não se limitando a, pequenas centrais hidrelétricas (PCH), parque eólicos (CGE) e usinas termelétricas movidas a biomassa (UTE), participação em outras sociedades e atividades acessórias necessárias ao cumprimento do seu objeto social.

Sigma Energia S.A. (“Sigma”)

A Sigma é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de Maio de 2000, detida integralmente por Musca, com sede no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 4.246, de 16 de julho de 2013, autorizou a Sigma a implantar e explorar, sob o regime de produção independente de energia elétrica, a Pequena Central Hidrelétrica Serra das Agulhas, localizada nos municípios de Diamantina e Monjolos, no Estado de Minas Gerais, constituída de dois

geradores de 15.000 kW e potência instalada de 30.000 kW, incluindo as instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora. O início de exploração comercial é previsto para o mês de abril de 2017.

Testa Branca II Energia S.A. (“Testa II”)

Sociedades anônima de capital fechado, detida integralmente por Potami até 21 de março de 2016 quando, por cisão parcial de Potami, o investimento foi vertido integralmente para a Omega Energia e Implantação 1. Testa II foi constituída em 22 de maio de 2013, tendo como objeto social a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da Central Geradora Eólica Testa Branca II e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 22.000 kW de capacidade instalada, composta por 10 unidades geradoras de 2.200 kW, localizado no Município de Ilha Grande, Estado do Piauí, na qualidade de produtor independente de energia elétrica, aguardando sua viabilização através de venda da energia produzida em Leilão. Testa Branca II foi negociada em 31 de março de 2017 para a coligada Omega Desenvolvimento de Energia S.A., com preço determinado pelo valor de livros na data da negociação, apurado pelo valor do patrimônio líquido em 31 de março de 2017 no montante de R\$1.005, cujo recebimento está previsto para ocorrer em até dois anos.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias combinadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A emissão das informações financeiras intermediárias combinadas foi autorizada pela diretoria em 8 de maio de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras combinadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas informações financeiras intermediárias combinadas foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras combinadas de 31 de dezembro de 2016 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2016 não foram repetidas integralmente nestas informações financeiras intermediárias combinadas. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações do Grupo desde a divulgação das demonstrações financeiras combinadas de 31 de dezembro de 2016.

Na preparação destas informações financeiras intermediárias combinadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações financeiras intermediárias combinadas em relação às demonstrações financeiras combinadas de 31 de dezembro de 2016.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As entidades fechadas e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

3.2 Critérios de combinação

Essas informações financeiras intermediárias combinadas contemplam as seguintes empresas:

- Omega Geração S.A. e suas controladas
- Omega Energia e Implantação 1 S.A. e suas controladas

Essas companhias foram combinadas por estarem sob controle comum compartilhado conforme descrito na nota explicativa 1.1 e estas informações financeiras intermediárias combinadas foram elaboradas, no que era pertinente, de acordo com os conceitos e técnicas aplicáveis para a consolidação de demonstrações contábeis.

As companhias combinadas não são operadas como uma única entidade legal, portanto, essas informações não são necessariamente indicativas de resultados obtidos ou de resultado futuro caso essas estivessem operando como uma única entidade legal. Portanto, as informações financeiras intermediárias combinadas não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários ou estatutários.

A composição dos ativos e patrimônios líquidos dos exercícios findos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, e os resultados dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016, e outros resultados abrangentes das companhias que fazem parte das informações financeiras intermediárias combinadas e os respectivos saldos combinados, eliminando as transações entre as partes, são assim apresentados:

	Total de ativos		Total do patrimônio líquido	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Omega Geração S.A. e suas controladas	781.977	773.607	383.512	369.747
Omega Energia e Implantação I S.A. e suas controladas	665.737	649.971	143.071	134.629
	<u>1.447.714</u>	<u>1.423.578</u>	<u>526.583</u>	<u>504.376</u>
Eliminação de saldos a receber de transações operacionais	(11.181)	(4.745)	-	-
Saldos combinados	<u>1.436.533</u>	<u>1.418.833</u>	<u>526.583</u>	<u>504.376</u>

	Resultado líquido		Outros resultados abrangentes	
	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
Omega Geração S.A. e suas controladas	14.896	4.727	14.896	4.727
Omega Energia e Implantação I S.A. e suas controladas	4.425	(1.252)	4.425	(1.252)
	<u>19.321</u>	<u>3.475</u>	<u>19.321</u>	<u>3.475</u>
Eliminação de transações operacionais, lucros não realizados e operações financeiras	-	-	-	-
Saldos combinados	<u>19.321</u>	<u>3.475</u>	<u>19.321</u>	<u>3.475</u>

As informações financeiras intermediárias combinadas são um único conjunto de demonstrações financeiras de duas ou mais entidades que estão sob controle compartilhado comum. A Omega e OE&I 1 utilizaram a definição de controle em consonância ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10), tanto quanto à avaliação da existência de controle compartilhado comum como também quanto ao procedimento de consolidação.

4 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações, aplicáveis às operações do Grupo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas informações financeiras intermediárias combinadas e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 48 – Instrumentos Financeiros, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 47 – Receita de contrato com cliente, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/17	31/12/16
Bancos	11.406	8.052
Aplicações financeiras de liquidez imediata	53.282	37.583
	<u>64.688</u>	<u>45.635</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata do Grupo referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, remunerados por uma taxa entre 85% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) em 31 de março de 2017 (entre 70% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

6 Clientes

	Combinado	
	31/03/17	31/12/16
CCEAR	1.277	1.499
Proinfa	7.699	6.175
Contratos bilaterais/Curto prazo	43.856	44.466
	<u>52.832</u>	<u>52.140</u>
Circulante	52.284	51.546
Não Circulante	548	594

Não há saldos em atraso em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Não foi considerado necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) e no Proinfa prevêem mecanismos de ajuste financeiro para geração de energia a maior ou a menor do que o volume contratado.

- (i) Como consequência da aplicação do mecanismo previsto para os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR), firmados entre as controladas PPE, PBE e PSE com 23 distribuidoras de energia, cujos valores serão liquidados financeiramente a partir de 2018, em 31 de março de 2017, a controlada PPE mantém saldo a receber no ativo de R\$548 (R\$594 em 31 de dezembro de 2016), enquanto as controladas PBE e PSE mantém saldos passivos de R\$ 1.664 e R\$199, respectivamente (R\$1.623 e R\$169 em 31 de dezembro de 2016) respectivamente, apresentados na rubrica Fornecedor.
- (ii) Para a controlada Gargau, que vendeu sua energia por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), no ano de 2016 houve geração acima da energia contratada, resultando em um valor a receber em 12 parcelas ao longo do exercício de 2017 no montante de R\$2.612 em 31 de dezembro de 2016, já tendo recebido R\$747 até 31 de março de 2017. No período de três meses findo em 31 de março de 2017, houve excedente de R\$2.540, resultando em saldo a receber no ativo de R\$4.405 em 31 de março de 2017.

7 Partes relacionadas

A Companhia é controlada em conjunto pelos fundos de investimento geridos pela Tarpon Investimentos S.A. e Warburg Pincus, veja nota 1.

	Combinado	
	31/03/17	31/12/16
Balço patrimonial		
Passivo Circulante		
Fornecedores (a)		
Hidrelétrica Pipoca S.A.	(74)	(74)
Omega Desenvolvimento de energia 1 S.A.	(239)	(239)
Omega Desenvolvimento de energia S.A.	(414)	(330)
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	(4.256)	(4.028)
Mútuos (d)		
Omega Desenvolvimento de energia S.A.	(64)	(1.847)
	<u>(5.047)</u>	<u>(6.518)</u>

	Combinado	
	31/03/17	31/03/16
Reembolso de despesas (a)		
creditados (debitados) na rubrica despesas operacionais - Administrativas pessoal e gerais		
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	(110)	731
Hidrelétrica Pipoca S.A.	138	200
Omega Gestora de Recursos S.A	57	-
Omega Desenvolvimento S.A.	88	212
Delta 3 I Energia S.A	88	-
Delta 3 II Energia S.A	88	-
Delta 3 III Energia S.A	88	-
Delta 3 IV Energia S.A	88	-
Delta 3 V Energia S.A	88	-
Delta 3VI Energia S.A	88	-
Delta 3 VII Energia S.A	88	-
Delta 3 VIII Energia S.A	88	-
Delta 4 Energia S.A.	104	-
Resultado financeiro		
Despesa atualização mútuo (c)		
Omega Desenvolvimento S.A.	(23)	-
	<u>958</u>	<u>1.143</u>

(a) Refere-se a alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (Aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

(b) Dividendos deliberados por controladas em conjunto.

(c) Contratos de mútuo financeiro, com vencimentos previstos para maio de 2017 e com remuneração pela taxa DI divulgada pela CETIP.

A Omega garante obrigações estabelecidas em:

- i) Contratos financeiros firmados por suas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Delta dos Ventos, Porto do Parnaíba, Porto Salgado, Porto das Barcas, Gargaú e Pipoca;
- ii) Contrato financeiro firmado por suas partes relacionadas Sigma Energia, Testa Branca I, Testa Branca III e Porto do Delta;
- iii) Fianças bancárias firmados por suas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Porto Parnaíba, Porto Salgado e Porto das Barcas;
- iv) Fiança bancária firmada por suas partes relacionadas Sigma Energia, Testa Branca I, Testa Branca III e Porto do Delta; e
- v) Debentures referentes ao empréstimo ponte firmado pela Omega Energia & Implantação 1

Remuneração do pessoal chave da administração para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Salário / Pró-Labore	405	423
Benefícios Diretos e Indiretos	15	95
Remuneração Variável	<u>947</u>	<u>1.158</u>
Total Remuneração	<u><u>1.367</u></u>	<u><u>1.676</u></u>

8 Tributos a recuperar

	Combinado	
	31/03/17	31/12/16
PIS/COFINS	4.758	5.770
CSLL	1.341	1.354
IRRF	7.214	7.384
ICMS	2.411	2.568
Outros	5	4
	<u>15.728</u>	<u>17.080</u>
Circulante	<u>14.388</u>	<u>12.843</u>
Não Circulante	<u>1.340</u>	<u>4.237</u>

A rubrica PIS/COFINS compreende basicamente os créditos originados de aquisições de máquinas e equipamentos quando da implantação dos parques eólicos, bem como das retenções em fonte pelo faturamento da venda de energia de Gargaú à Eletrobrás.

A rubrica IRRF é basicamente composto por valores retidos de resgates efetuados em aplicações financeiras com instituições financeiras, além de impostos retidos na fonte por órgãos públicos no faturamento de energia.

A rubrica ICMS é fundamentalmente composto por créditos advindos da aquisição de bens do ativo imobilizado na construção das PCHs Indaia Grande e Indaiazinho.

9 Caixa restrito

	Combinado	
	31/03/17	31/12/16
Aplicações financeiras	<u>32.106</u>	<u>33.032</u>

O caixa restrito do Grupo refere-se à instrumentos de renda fixa, contratados em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos do BNDES descritos na nota explicativa nº 15, remunerados entre 97,57% e 100,17% do CDI em 31 de março de 2017 (entre 95% e 100,17% do CDI em 31 de dezembro de 2016). Estas aplicações somente podem ser movimentadas mediante autorização expressa do BNDES.

10 Ativo fiscal diferido

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes do processo de incorporação reversa pela Omega Geração S.A. das anteriores investidoras Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda e Hure Holdings S.A., ocorrido em 30 de novembro de 2012.

	<u>Combinado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.768
Amortização	<u>(1.131)</u>
Saldos em 31 de março de 2017	<u><u>2.637</u></u>

A amortização do ativo fiscal diferido é realizada de acordo com a curva de rentabilidade futura, em 60 parcelas mensais, a ser finalizada em outubro de 2017.

11 Investimentos

Pipoca é um empreendimento em conjunto em que o Grupo tem controle compartilhado e nele possui uma participação de 51%. É uma PCH localizada no rio Manhuaçu e possui capacidade instalada de 20 MW.

O quadro a seguir resume as informações financeiras da Paletel Pipoca com base em suas demonstrações financeiras:

Pipoca – Informações contábeis

PIPOCA - Informações contábeis

<u>Balanco Patrimonial</u>	<u>31/03/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>DRE exercício findo em</u>	<u>31/03/17</u>	<u>31/03/16</u>
Total do ativo	120.703	118.030	Receita operacional líquida	6.941	6.034
Circulante	20.047	16.684	Custos da operação e conservação	(1.425)	(1.546)
Não circulante	100.656	101.346	Despesas operacionais	(186)	(233)
Realizável a Longo Prazo	3.577	3.493	Resultado financeiro líquido	(536)	(1.005)
Permanente	97.079	97.853	Despesa de Imposto de renda e CSLL	(408)	(311)
Total do passivo	<u>120.703</u>	<u>118.030</u>		<u>4.386</u>	<u>2.939</u>
Circulante	10.950	11.110			
Não circulante	43.409	44.962			
Patrimônio líquido	66.344	61.958			

O quadro a seguir demonstra as movimentações no investimento para o período de três meses findo em 31 de março de 2017:

Movimentação do investimento

	<u>Custo</u>	<u>Direito de exploração</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	31.598	1.566	33.164
Amortização do direito de exploração	-	(27)	(27)
Resultado da equivalência patrimonial	2.237	-	2.237
Saldos em 31 de março de 2017	<u>33.835</u>	<u>1.539</u>	<u>35.374</u>

12 Imobilizado

Composição do Imobilizado

	Combinado					
	31/03/17			31/12/16		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	933.721	(104.884)	828.837	933.721	(94.590)	839.131
Reservatório, barragens e adutoras	113.569	(11.145)	102.424	113.569	(10.550)	103.019
Edificações	55.574	(6.070)	49.504	55.578	(5.682)	49.896
Terrenos	12.412	-	12.412	12.411	-	12.411
Veículos	13	(9)	4	13	(9)	4
Móveis e utensílios	231	(86)	145	234	(81)	153
	<u>1.115.520</u>	<u>(122.194)</u>	<u>993.326</u>	<u>1.115.526</u>	<u>(110.912)</u>	<u>1.004.614</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	1.276	(824)	452	1.265	(784)	481
Móveis e utensílios	437	(225)	212	437	(216)	221
Veículos	34	(23)	11	34	(22)	12
Benfeitorias em bens de terceiros	427	(419)	8	427	(419)	8
	<u>2.174</u>	<u>(1.491)</u>	<u>683</u>	<u>2.163</u>	<u>(1.441)</u>	<u>722</u>
Imobilizado em curso	<u>204.919</u>	<u>-</u>	<u>204.919</u>	<u>197.724</u>	<u>-</u>	<u>197.724</u>
Total do imobilizado	<u>1.322.613</u>	<u>(123.685)</u>	<u>1.198.928</u>	<u>1.315.413</u>	<u>(112.353)</u>	<u>1.203.060</u>

Movimentação do Imobilizado

	Combinado					Valor líquido 31/03/17
	Valor líquido 31/12/16	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	839.131	-	-	(10.296)	2	828.837
Reservatório, barragens e adutoras	103.019	-	-	(597)	2	102.424
Edificações	49.896	-	-	(389)	(3)	49.504
Terrenos	12.411	-	-	-	1	12.412
Veículos	4	-	-	-	-	4
Móveis e utensílios	153	1	-	(4)	(5)	145
	<u>1.004.614</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(11.286)</u>	<u>(3)</u>	<u>993.326</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	481	-	-	(33)	3	451
Móveis e utensílios	221	-	-	(9)	-	212
Veículos	12	-	-	(1)	-	11
Benfeitorias em bens de terceiros	8	1	-	-	-	9
	<u>722</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(43)</u>	<u>3</u>	<u>683</u>
Imobilizado em curso	<u>197.724</u>	<u>7.195</u>				<u>204.919</u>
Total do imobilizado	<u><u>1.203.060</u></u>	<u><u>7.197</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(11.329)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>1.198.928</u></u>

Capitalização de custos de empréstimos

No período de três meses findo em 31 de março de 2017, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$3.409 (R\$4.344 no período de três meses findo em 31 de março de 2016), relacionados aos empreendimentos de controladas da OE&I 1 em construção nesses períodos. A taxa média ponderada anual dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 7,5 % a.a. no primeiro trimestre de 2017 (6,7% a.a. no primeiro trimestre de 2016).

Imobilizado em serviço

Os saldos de imobilizado em serviço referem-se ao empreendimento em construção da PCH Serra das Agulhas, explorada pela controlada Sigma e cuja operação comercial iniciou em abril de 2017.

13 Intangível

Composição

	Combinado					
	31/03/17			31/12/16		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível						
Marcas e patentes	1	-	1	1	-	1
Licenças de software	1.298	(1.210)	88	1.298	(1.151)	147
ERP	1.776	(1.142)	634	1.776	(1.112)	664
Outros	139	(35)	104	106	(33)	73
Direitos de autorização e Carteira de clientes	23.911	(5.068)	18.843	23.923	(4.788)	19.135
Sistema de Transmissão	624	(49)	575	624	(45)	579
Total do intangível	<u>27.749</u>	<u>(7.504)</u>	<u>20.245</u>	<u>27.728</u>	<u>(7.129)</u>	<u>20.599</u>

Movimentação do exercício

	Combinado					Valor líquido 31/03/17
	Valor líquido 31/12/16	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	
Intangível						
Marcas e patentes	1	-	-	-	-	1
Licenças de software	147	-	-	(59)	-	88
ERP	664	-	-	(30)	-	634
Outros	73	33	-	(2)	-	104
Direitos de autorização e Carteira de clientes	19.135	-	-	(292)	-	18.843
Sistema de Transmissão	579	-	-	(4)	-	575
Total do intangível	<u>20.599</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>(387)</u>	<u>-</u>	<u>20.245</u>

14 Fornecedores

	Combinado	
	31/03/17	31/12/16
Fornecedores de equipamentos	47.246	44.985
CCEAR Déficit	1.910	1.792
Compra de energia	12.479	11.321
Outros	5.107	6.924
	<u>66.741</u>	<u>65.021</u>
Circulante	<u>54.604</u>	<u>53.084</u>
Não Circulante	<u>12.137</u>	<u>11.937</u>

Parte do saldo do circulante e do não circulante em 31 de março de 2017, no valor de R\$10.227 com vencimento em agosto de 2017 e de R\$10.227 com vencimento em agosto de 2019, respectivamente (em 31 de dezembro de 2015, R\$10.146 com vencimento em agosto de 2017 e de R\$10.144 com vencimento em agosto de 2019, respectivamente), é devido pelas controladas Porto do Parnaíba, Porto Salgado e Porto das Barcas (Complexo Delta) ao fornecedor Gamesa, relacionado aos aerogeradores e construção dos parques eólicos, com atualização pela variação do IPCA.

O saldo apresentado na rubrica CCEAR – Déficit, integralmente registrado no passivo não circulante, refere-se a ajustes de geração nos respectivos contratos, a serem liquidados financeiramente a partir de 2018, mencionados na nota explicativa nº 6.

15 Empréstimos e financiamentos

	Combinado	
	31/03/17	31/12/16
Empréstimo - BNDES	711.060	714.197
Empréstimo - Banco ABC	59.240	57.419
Empréstimo - Banco Fibra	21.195	20.511
Custo de captação	(3.772)	(4.068)
	<u>787.722</u>	<u>788.059</u>
Circulante	<u>137.567</u>	<u>134.194</u>
Não Circulante	<u>650.155</u>	<u>653.865</u>

Movimentação no exercício

Combinado

	Custo			Total
	Principal	Encargos	Transação	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	782.230	9.897	(4.068)	788.059
Amortização Empréstimos	(10.842)	-	-	(10.842)
Amortização custo de transação	-	-	296	296
Encargos financeiros pagos	-	(9.457)	-	(9.457)
Encargos financeiros provisionados	-	19.666	-	19.666
Capitalização de Juros	8.582	(8.582)	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	779.970	11.524	(3.772)	787.722

Controlada	Instituição financeira	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Período de pagamento		Forma de pagamento	Finalidade	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Combinado Saldo da dívida	
					Início	Fim					31/03/17	31/12/16
					Indaú Grande	BNDES					72.523	junhode 2012
Indaiazinho	BNDES	50.997	junhode 2012	50.547	janeiro de 2013	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,51%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	33.232	34.520
Gargá	BNDES	79.513	outubrede 2010	69.881	junho de 2011	maio de 2027	mensal	Financiamento da Usina	Subcrédito A TJLP + 2,34% a.a. Subcrédito B TJLP + 5,5% a.a.	N/A	46.101	47.256
Porto das Barcas	BNDES	62.280	dezembrede 2013	60.228	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	54.855	55.171
Porto do Parnaíba	BNDES	91.287	dezembrede 2013	90.699	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	81.742	83.148
Porto Salgado	BNDES	54.615	dezembrede 2013	54.411	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	48.989	49.831
Sigma	BNDES	96.627	agosto de 2015	96.290	agosto de 2017	julho de 2037	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,02%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	109.825	106.398
Testa Branca I	BNDES	69.500	junho de 2016	69.500	fevereiro de 2017	janeiro de 2033	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	72.201	72.046
Testa Branca III	BNDES	84.312	junho de 2016	83.312	fevereiro de 2017	janeiro de 2033	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,48%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	86.452	86.382
Porto do Deck	BNDES	128.324	junho de 2016	125.762	fevereiro de 2017	janeiro de 2033	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	130.301	130.249
OEK11	ABC Fibra	41.000 (1. Série) 31.000 (2. Série)	maio de 2016	41.000 (1. Série) 31.000 (2. Série)	setembro de 2017 (1a. Série) setembro de 2017 (2a. Série)	setembro de 2017 (1a. Série) setembro de 2017 (2a. Série)	bullet	Financiamento da Usina	CDI + 3,50% (1a. Série) CDI + 2,35% (2a. Série)	Fiança Corporativa da Omega Geração S.A.	80.435	77.930
											791.894	792.127

15.1 Cronograma de pagamento

Ano	Combinado	
	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2017	120.022	166.187
2018	55.125	108.623
2019	55.125	104.341
2020 a 2022	164.393	289.643
2023 a 2025	131.741	225.202
2026 a 2028	118.389	185.368
2029 a 2031	96.269	138.553
2032 a 2034	36.244	53.931
2035 a 2037	14.186	21.157
	<u>791.494</u>	<u>1.293.005</u>

O fluxo de caixa contratual trata-se da projeção da dívida considerando os juros estimados, considerando a TJLP em 31 de março de 2017.

15.2 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais para um *Project Finance*, incluindo: Contas Reservas (conforme descrito na nota explicativa nº 9), cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados na nota de imobilizado, alienação das ações das Companhias e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

15.3 Covenants Financeiros

As controladas de Gargaú, Indaiá Grande, Indaiazinho, Porto do Parnaíba, Porto das Barcas e Porto Salgado estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Para a controlada Gargaú esses índices tem sido atendidos nos últimos exercícios e, para as controladas Porto das Barcas e Porto Salgado a aplicação desses covenants passou a ser exigida em dezembro de 2015, também atendidos desde então. Para as controladas Indaiá Grande e Indaiazinho, quanto ao ICSD, os índices foram atendidos em 31 de dezembro de 2016 e, para 31 de dezembro de 2015, foi obtida dispensa de sua apuração.

As controladas Testa I, Testa III e Porto do Delta estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), porém os mesmos passam a ser exigidos um ano após a primeira amortização, que ocorreu em Fevereiro/2017.

Com a finalidade de eliminar a contratação de fianças bancárias como parte das garantias requeridas pelos contratos de financiamento, as controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, PPE, PBE e PSE apresentaram pleito ao BNDES no qual, uma das condições exigidas, é o atendimento dos limites definidos contratualmente para o ICP e ICSD nos últimos doze meses à data-base do pleito, qual seja 30 de junho de 2016, o qual permanece em análise pelo BNDES.

15.4 Cartas de fiança bancária

O Grupo mantém R\$566.579 (R\$565.957 em 31 de dezembro de 2015) de fianças, com vencimento entre junho de 2017 e dezembro de 2018, com o objetivo de garantia de financiamentos junto ao BNDES.

16 Provisões diversas

	Combinado	
	31/03/17	31/12/16
OMC	13.248	15.079
Provisão - valor retido de fornecedor	9.369	8.771
Outras	2.312	3.497
	<u>24.928</u>	<u>27.347</u>

A rubrica Provisão de compra de energia corresponde à compras de energia realizadas pela Omega Comercializadora e ainda não faturadas pelos fornecedores até a data do balanço.

A rubrica Provisão – valor retido de fornecedor corresponde ao montante líquido provisionado nas controladas Indaiá Grande e Indaiazinho, no âmbito do mencionado na nota explicativa nº 29.

17 Passivo fiscal diferido

	Combinado	
	31/03/17	31/12/16
<u>Saldo no Balanço Patrimonial</u>		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL (a)	10.117	9.951
Base Depreciação incentivada (b)	(19.200)	(18.493)
Passivo Fiscal diferido, líquido	<u>(9.083)</u>	<u>(8.542)</u>

	Combinado	
	31/03/17	31/12/16
<u>Movimentação no período</u>		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa (a)	166	108
Base Depreciação incentivada (b)	(707)	(709)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(541)</u>	<u>(601)</u>

(a) Ativo fiscal diferido registrado na controlada Gargaú decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros baseados no plano de negócios aprovado pela Diretoria.

(b) Passivo fiscal diferido na controlada Gargaú constituído pela diferença entre os valores de depreciação dos bens do ativo imobilizado apurados pelas taxas de depreciação definidas pela Aneel e as taxas de depreciação aceitas pela Receita Federal do Brasil – RFB, para fins de

apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O montante da diferença a maior apurado pelas taxas anuais de depreciação fixadas pela RFB é excluído do lucro líquido para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

Em 31 de março de 2017, o Grupo apresentava saldos acumulados de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social de R\$ 119.152 (R\$ 112.038 em 31 de dezembro de 2016), para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de sua expectativa de realização não ser considerada provável.

18 Patrimônio líquido

A tabela a seguir demonstra os elementos do grupo de patrimônio líquido em 31 de março de 2017:

	Omega Geração	Omega Energia e Implantação 1 S.A.	Total
Capital social	265.296	138.263	403.559
Reservas de capital	31.060	-	31.060
Reserva de lucros	-	383	383
Lucros acumulados	10.165	4.425	14.590
Total da participação de controladores	306.521	134.629	441.150
Participação de não-controladores	76.991	-	76.991
Total do patrimônio líquido	383.512	134.629	518.141

Capital social

Omega Geração

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$265.296, representados por 312.610.024 ações ordinárias.

Acionistas		31/03/17		31/12/16	
		Ações ON (mil)	%	Ações ON (mil)	%
BJJ Income Fundo de Investimento em Participações	- Tarpon	192.032	61,43%	192.032	61,43%
WP Income Fundo de Investimento em Participações	- Warburg Pincus	117.749	37,67%	117.749	37,67%
Administradores	- Diretoria	2.829	0,90%	2.829	0,90%
		312.610	100%	312.610	100%

Omega Energia e Implantação 1

O capital social subscrito em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$138.263, representados por 139.206.545 ações ordinárias. O montante não integralizado em 31 de dezembro de 2016, de R\$4.017, foi integralizado em janeiro de 2017.

	31/03/2017		31/12/2016	
	Ações ON	%	Ações ON	%
Acionistas				
Omega Desenvolvimento I Fundo de Investimento em Participações - Tarpon e Warburg Pincus	137.946.599	99,09%	137.946.599	99,09%
Administradores - Diretoria	1.259.947	44536,83%	1.259.947	44536,83%
	139.206.546	44635,93%	139.206.546	44635,93%

Distribuição dos lucros

Omega Geração

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; e (ii) do saldo do lucro líquido restante e, conforme proposto pelo Conselho de Administração, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas sujeitas às leis e as regulamentações aplicáveis.

A cada exercício social, os acionistas terão direito a uma distribuição do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do ano.

A distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a condição financeira da Companhia.

Relativamente à controlada Asteri, conforme previsto em seu Acordo de Acionistas, possui dividendos prioritários. Esses dividendos são distribuídos aos acionistas preferenciais, no mínimo anualmente. Para que esses dividendos sejam distribuídos é necessário que Asteri apresente, no final do exercício, saldo de caixa e equivalente de caixa superior ao seu passivo circulante e orçamento para investimentos, respeitando um valor máximo anual de R\$ 7,75 por ação mais a variação do IPCA, mesmo que não tenha apurado lucro e, nesses casos, a distribuição é realizada por meio da reserva de capital. Após a definição dos dividendos prioritários, é avaliada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro, ajustado a forma legal, caso os montantes distribuídos como dividendos prioritários ultrapasse 25% do lucro, não há obrigatoriedade na distribuição do mínimo. Caso o montante fique abaixo de 25% do lucro, é realizado um complemento a distribuição. Os respectivos valores ficarão a disposição dos acionistas a partir de 30 dias após a Assembleia Geral que deliberar sobre a matéria e, caso não reclamados no prazo máximo de 3 anos serão revertidos para a Asteri.

Omega Energia e Implantação 1

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; e (ii) do saldo do lucro líquido restante e, conforme proposto pelo Conselho de Administração, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas sujeitas às leis e as regulamentações aplicáveis.

A cada exercício social, os acionistas terão direito a uma distribuição do dividendo obrigatório de, no mínimo, 2% (dois por cento) do lucro líquido do ano.

A distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a condição financeira da Companhia.

19 Receita operacional líquida

	Combinado			
	31/03/17		31/03/16	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Total Vendas	88.039	518.205	33.933	216.883
Vendas Proinfa	9.436	21.126	7.323	18.403
CCEAR	502	4.106	8.378	71.668
Vendas Mercado Livre	74.961	473.620	17.410	105.092
CCEE	3.141	19.353	821	21.720
Vendas Intercompany	-	-	-	-
Impostos	(6.452)	-	(2.107)	-
	81.588	-	31.826	-

20 Custos da operação e conservação

	Combinado	
	31/03/17	31/03/16
Compra Energia	(22.139)	(5.054)
Depreciação	(11.286)	(6.940)
O&M	(5.328)	(3.857)
Pis e Cofins a compensar	2.480	589
Outros	(392)	(243)
	(36.665)	(15.504)

21 Despesas administrativas, pessoal e gerais

	Combinado	
	31/03/17	31/03/16
Despesas de Pessoal, Geral e Administrativas	(2.722)	(2.706)
Depreciação e Amortização	(456)	(445)
Outras	(1.086)	(720)
	(4.264)	(3.871)

Os valores de despesas com pessoal em 31 de março de 2017 estão apresentados líquidos de valores reembolsáveis de partes relacionadas e valores capitalizados no ativo imobilizado, nos montantes de R\$981 (R\$1.143 em 31 de março de 2016) e R\$459 (não houve capitalização em 31 de março de 2016), respectivamente.

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016, a rubrica Despesas de Pessoal, Geral e Administrativas sofreu o impacto de reversão de despesas, no montante de R\$853 e R\$745, respectivamente, correspondentes ao excedente da provisão de participação de lucros sobre os resultados para os colaboradores constituída nos exercícios de 2016 e 2015, respectivamente.

22 Despesas financeiras líquidas

	Combinado	
	31/03/17	31/03/16
<u>Receitas Financeiras</u>		
Juros s/ aplicações financeiras	1.888	2.358
Outras receitas	185	189
Pis e Cofins sobre receita financeira	(97)	(92)
	<u>1.976</u>	<u>2.455</u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros s/ empréstimos	(19.665)	(12.965)
Capitalização de juros sobre financiamentos	3.409	4.344
IOF	(68)	(0)
Comissão sobre Fiança	(3.455)	(1.461)
Assessoria financeira	(297)	(159)
Outras despesas	(897)	(856)
	<u>(20.973)</u>	<u>(11.097)</u>
	<u>(18.997)</u>	<u>(8.642)</u>

23 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota efetiva:

	31/03/17	31/03/16
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23.778	5.365
Alíquota corrente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(8.085)	(1.824)
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	3.955	(217)
Equivalência patrimonial	761	510
Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(1.087)	(359)
	<u>(4.456)</u>	<u>(1.890)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>18,7%</u>	<u>35,2%</u>

Em 31 de março de 2017, certas companhias integrantes do combinado apresentavam saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$119.152 (R\$112.038 em 31 de dezembro de 2016), para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativo, em face de sua expectativa de recuperação não ser considerada provável.

24 Cobertura de seguros

O Grupo mantém seguros com as coberturas contratadas consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os principais seguros vigentes em 31 de março de 2017 referentes aos riscos de responsabilidade civil e operacional.

25 Instrumentos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado (taxa de juros);
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de risco apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

O Grupo detinha Caixa e equivalentes de caixa e Cauções e depósitos vinculados mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade.

O Grupo detém contas a receber com clientes, os quais são liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é apresentada a seguir:

	Nota	Combinado	
		31/03/17	31/12/16
Caixas e equivalentes	6	64.688	45.635
Clientes	7	52.832	52.140
Caixa restrito	10	32.106	33.032
		<u>149.625</u>	<u>130.807</u>

Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. O Grupo possui financiamento de longo prazo a índices atrelados à TJLP e a CDI.

Análise da sensibilidade

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual o Grupo está exposto, na data de 31 de março de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP para financiamentos junto ao BNDES e do CDI para as aplicações financeiras de liquidez imediata, para o caixa restrito e para outros financiamentos do Grupo, foi definido o cenário provável para o ano de 2017 com taxa de 7,5% da TJLP e 14% do CDI, e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para os próximos doze meses. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de março de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Combinado				
	Exposição em 31/03/2017	Risco	Cenário provável	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
TJLP					
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDG	47.361	variação da TJLP	4.689	5.540	6.391
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDZ	33.232	variação da TJLP	3.219	3.815	4.411
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - GARGAÚ	46.101	variação da TJLP	4.381	5.207	6.033
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - BARCAS	54.855	variação da TJLP	5.119	6.100	7.081
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - SALGADO	48.989	variação da TJLP	4.572	5.448	6.324
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - PARNAÍBA	81.742	variação da TJLP	7.629	9.090	10.552
Testa Branca I - BNDES	72.201	variação da TJLP	6.970	8.265	9.560
Testa Branca III - BNDES	86.453	variação da TJLP	8.346	9.896	11.447
Porto do delta - BNDES	130.301	variação da TJLP	12.579	14.916	17.252
Sigma - BNDES	109.824	variação da TJLP	10.061	12.022	13.983
Total	711.059		67.565	80.299	93.034
CDI					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	53.282	Variação do CDI	6.527	19.848	33.168
Caixa Restrito	32.106	Variação do CDI	3.933	11.959	19.986
Empréstimo Ponte	80.435	Variação do CDI	9.853	29.962	50.071
Total	165.823		20.313	61.769	103.225

Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O principal passivo financeiro contratado são os financiamentos com o BNDES e seus vencimentos contratuais demonstrados na nota explicativa nº 15.

O Grupo administra seus riscos de negócio em dois níveis básicos, estratégico e operacional, o que permite identificar claramente os riscos, priorizar as ações mitigatórias e otimizar os recursos necessários, adicionando, portanto, valor aos seus processos por meio de comitê de risco e comitê de planejamento.

O Grupo busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre passivos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores) para os próximos 30 dias.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis, junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na nota nº 15.3.

Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros do Grupo,

apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Contábil		
	31/03/17	31/12/16	Categoria
Caixas e equivalentes	66.359	72.248	A
Caixa restrito	37.695	33.032	B
Clientes	52.832	52.140	C
Financiamentos	866.629	786.134	D
Fornecedores	168.249	154.666	D

A - Mensurados ao valor justo por meio do resultado

B - Mantidos até o vencimento

C - Empréstimos e recebíveis

D - Outros passivos financeiros ao custo amortizado.

A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

Hierarquia de valor justo

O Grupo detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes no combinado a depósitos bancários no montante de R\$11.406 em 31 de dezembro de 2016 (R\$8.052 em 31 de dezembro de 2016) e instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes no combinado a aplicações financeiras de liquidez imediata, no montante de R\$53.282 em 31 de março de 2017 (R\$37.583 em 31 de dezembro de 2016).

26 Pagamento baseado em ações

Os acionistas da Omega aprovaram um plano de opções de compra de ações da Omega em 1º de junho 2010. O plano tem por objetivo permitir que os membros da diretoria, empregados que exercem função de gerência e demais empregados, mediante determinação do Conselho de Administração, recebam opções. Cada opção outorgada permite ao participante o direito de subscrever uma ação da Omega. A seguir apresentamos o total de ações outorgadas e que ainda não foram exercidas:

<u>Programa</u>	<u>Outorgado</u>	<u>Strike (R\$/ação)</u>	<u>Outorga</u>	<u>Vesting</u>
Programa 2	1.271.425	1,6	2010	2012
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2014
Programa 3	282.539	1,6	2011	2013
Programa 3	1.196.997	1,6	2012	2014
Programa 3	2.022.080	1,6	2013	2015
Programa 3	<u>1.384.642</u>	1,6	2013	2015
	<u>9.971.955</u>			

O valor de mercado da ação foi mensurado pelo valor justo com base na fórmula de *Black-Scholes* considerando as últimas transações de mercado próximas à data da outorga.

O exercício das opções, ainda não ocorrido e o objeto do plano, está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de manutenção do vínculo de trabalho do beneficiário com a Omega. Como não houve novas outorgas de opções nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016, nenhuma despesa foi reconhecida no resultado.

27 Compromissos

Os empreendimentos têm como obrigação a geração de energia para honrar os contratos de curto e longo prazo. Para isso, incorrem em custos pelos acessos ao sistema de distribuição e de transmissão, além dos contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

O Grupo mantém contratos de compra de energia, com vigência até o ano de 2022, nos montantes médios anuais de 25,75 MWm em 2017 e 5,25 MW entre 2018 e 2022.

Arrendamentos mercantis operacionais

O Grupo participa de transações de arrendamento mercantis operacionais relacionado ao uso de terreno onde instalados seus parques eólicos. Os arrendamentos de terrenos foram firmados há longa data e o Grupo determinou que o arrendamento é operacional. Esses arrendamentos foram firmados por período equivalente ao período da autorização de cada parque eólico, com opção de renovação do arrendamento após este período. O aluguel pago mensalmente ao arrendador é determinado inicialmente em valor fixo e, quando iniciada a operação comercial é baseado em percentagem da receita mensal auferida em cada parque, e o Grupo não participa no valor residual dos bens arrendados. Conseqüentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

No período de três meses findo em 31 de março de 2017 o montante de R\$784 (R\$301 no período de três meses findo em 31 de março de 2016) foi reconhecido no resultado na rubrica de custo de operação e manutenção.

Os pagamentos futuros projetados de arrendamentos de terrenos são apresentados a seguir:

	<u>31/03/17</u>
Até 31/12/2017	3.393
Entre 2018 e 2021	11.271
Após 2021	<u>61.564</u>
	<u><u>76.228</u></u>

28 Passivos judiciais

Está em curso uma arbitragem sigilosa em que as controladas Indaiá Grande Energia S.A. e Indaiazinho Energia S.A. são parte contra um fornecedor. A discussão refere-se à confirmação de multas por elas aplicadas ao fornecedor, no montante estimado atualizado de R\$18.065 em virtude de atrasos em fornecimentos que lhes geraram prejuízos. Por outro lado, o fornecedor pleiteia o montante estimado atualizado de R\$37.237, relativo a fornecimentos realizados no âmbito do contrato, cujos pagamentos estão retidos durante o curso da arbitragem, acrescido de valores relativos a supostos fornecimentos adicionais não integrantes dos contratos e não reconhecido pelas controladas. A administração do Grupo classifica a chance de êxito do seu pleito como possível, não havendo qualquer reconhecimento de ativo no balanço patrimonial e, para o pleito do fornecedor, avalia a chance de perda como remota o valor de R\$20.897 e como possível R\$16.340.

29 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões, qual seja o Conselho de Administração do Grupo, para alocação de recursos aos segmentos, para a avaliação do seu desempenho e, inclusive, na tomada de decisões estratégicas.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, o Grupo concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

30 Eventos subsequentes

Em 1º de abril de 2017, foi negociada com a coligada Kalista Energia S.A. a venda de 49% do capital social detido na controlada Omega Comercializadora de Energia Ltda. O preço de aquisição foi definido com base no patrimônio líquido na data de 31 de março de 2017, no valor de R\$1.955, com liquidação financeira a ocorrer em até dois anos.